
HABILITAÇÃO JURÍDICA

PREGÃO 004/2020



EXTREME DIGITAL SOLUTIONS

São Bernardo do Campo - SP: (11) 3192-7701 | Rio de Janeiro - RJ: (21) 3190-1990 | Brasília - DF: (61) 3546-5087
Rua José Versolato, 101 Sala 123 - 12º andar – Centro, São Bernardo do Campo - SP CEP 09750-730

À Comissão Permanente de Licitação do PRODERJ

PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

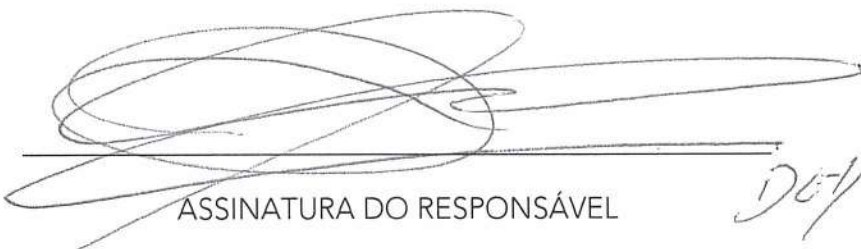
REF.: Habilitação e Proposta Comercial PE 004/2020

Nome da Empresa: EXTREME DIGITAL CONSULTORIA E REPRESENTAÇÕES LTDA.

E-mail: licitacoes@extremedigital.com.br

DECLARO para os devidos fins, que recebi 1 (um) envelope com os documentos de habilitação e proposta comercial referente ao pregão eletrônico nº 004/2020.

Rio de Janeiro 19 de Abril de 2020.


ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

004/2020
44435939




EXTREME DIGITAL SOLUTIONS

São Bernardo do Campo - SP: (11) 3192-7701 | Rio de Janeiro - RJ: (21) 3190-1990 | Brasília - DF: (61) 3546-5087
Rua José Versolato, 101 Sala 123 - 12º andar - Centro, São Bernardo do Campo - SP CEP 09750-730

São Bernardo do Campo, 29 de Abril de 2021

À
Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de
Janeiro - PRODERTJ

REFERENTE: DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
NO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2020

Prezada Sr (a).

Encaminhamos documentação necessária à habilitação no Pregão Eletrônico nº 004/2020

Atenciosamente,



EXTREME DIGITAL CONSULTORIA E REPRESENTAÇÕES LTDA
Fabio Machado de Miranda
COO



EXTREME DIGITAL SOLUTIONS

São Bernardo do Campo - SP: (11) 3192-7701 | Rio de Janeiro - RJ: (21) 3190-1990 | Brasília - DF: (61) 3546-5087
Rua José Versolato, 101 Sala 123 - 12º andar – Centro, São Bernardo do Campo - SP CEP 09750-730

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
DETRAN - DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL

 Polegar Direito 0207



Marcio Alexandre Lopes Moreira
Assinatura do Titular

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 08.807.456-2 DATA DE EXPEDIÇÃO 17/08/2013

NOME MARCIO ALEXANDRE LOPES MOREIRA

FILIAÇÃO JOAQUIM DA SILVA MOREIRA

ENCARNAÇÃO DA COSTA LOPES MOREIRA

NATURALIDADE RIO DE JANEIRO DATA DE NASCIMENTO 12/10/1972

DOC. ORIGEM C. CASM LIV 00040B FLS 025 TERM 0007740 C 012 RIO DE JANEIRO RJ

CPF 034.110.027-78 2 Via

0207

LEI Nº 7.116 DE 26/08/83

15º OFÍCIO DE NOTAS - FERNANDA DE FREITAS LEITÃO - TABELIA
Rua do Ouvidor, nº 89, Centro, Rio de Janeiro/RJ - Fone: (21) 3233-2800

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que a presente cópia é fiel reprodução do original que me foi apresentado.

Rio de Janeiro, 3 de setembro de 2019.

GELSON CELESTINO DA SILVA
ESCREVENTE - Mat. 94-8541

Emolumentos: R\$ 5,78 - T.J. Fundos: R\$ 2,36 - Total: R\$ 8,14

Selo: EDEH48747-AQK - Consulte em <https://www3.trj.fus.br/sitepublico>



Gelson Celestino da Silva
Escritor
Mat. 94-8541

[Handwritten signatures]

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VALS

1620730953

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

FABIO MACHADO DE MIRANDA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
0937665581FFRJ

CPF
028.333.577-70

DATA NASCIMENTO
27/07/1973

RELATÓRIO
ANTONIO TORRES DE MIRANDA
SONIA PINHEIRO MACHADO DE MIRANDA

PERMISSÃO
ACC

CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
00210400975

VALIDADE
31/03/2020

1ª HABILITAÇÃO
19/08/1991

OBSERVAÇÕES

Assinatura do Portador

LOCAL
RIO DE JANEIRO, RJ

DATA EMISSÃO
13/03/2018

Assinatura do Emissor

46076094681
RJ660097290

RIO DE JANEIRO

15º OFÍCIO DE NOTAS - FERNANDA DE FREITAS LEITÃO - TABELIA
Rua do Ouvidor, nº 89, Centro, Rio de Janeiro/RJ - Fone: (21) 3233-2800

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que a presente cópia é fiel reprodução do original que me foi apresentado.

Rio de Janeiro, 3 de setembro de 2019.

GELSON CELESTINO DA SILVA
ESCREVENTE - Mat. 94-8541

Emolumentos R\$ 5,78 - TJ-Fundos R\$ 2,36 - Total R\$ 8,14

Selo: EDEH46740-AFE - Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

QR CODE

Handwritten signatures and initials in blue ink.



www.extremedigital.com.br

PROCURAÇÃO

Outorgante: EXTREME DIGITAL CONSULTORIA E REPRESENTACOES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 14.139.773/0001-68, com sede com sede na Avenida Doutor Chucrí Zaidan, nº 1.550, CONJ 2.102 A 2.104, Vila São Francisco, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04711-130, neste ato representado por seu sócio administrador, **Marcio Alexandre Lopes Moreira**, brasileiro, casado com separação total de bens, empresário, portador do RG nº 08.807.456-2 – DETRAN/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 034.110.027-78, com endereço comercial na Rua do Ouvidor, 90, 7º andar – Centro - CEP 20.040-030 - Rio de Janeiro / RJ;

Outorgados: **FÁBIO MACHADO DE MIRANDA**, brasileiro, divorciado, sócio diretor, inscrito no CPF/MF sob o nº 028.333.577-70, portador do RG nº 09376655-8 IFP/RJ, **CAIO LIBERO MACHADO TEIXEIRA**, brasileiro, solteiro, diretor comercial, inscrito no CPF/MF sob o nº 331.898.478-78, portador do RG nº 35147003 SSP/SP, **EDSON JUN NAKAJIMA TESHIMA**, brasileiro, solteiro, contador, inscrito no CPF/MF sob o nº 000.038.183-73, portador do RG nº 42121264 – SSP/SP, **JOEL RAMOS**, brasileiro, casado, diretor comercial, inscrito no CPF/MF 791.817.597-20, portador do RG nº 049269079 IFP/RJ, **RODRIGO DE FREITAS SANTOS BARBOSA**, brasileiro, casado, diretor comercial, inscrito no CPF/MF sob o nº 615.007.123-53, portador do RG nº 4208583 SSP/DF; todos com endereço comercial na Rua do Ouvidor, nº 90, 7º andar - Centro – 20.040-030 - Rio de Janeiro / RJ.

Poderes: Atuar em todos os processos licitatórios em que a Outorgante venha a participar, podendo realizar cadastro em sistemas de compras, assinar propostas, interpor, assinar e contra-arrazoar recursos administrativos, bem como desistir deles, assinar declarações, negociar preços e demais condições, formular ofertas e lances verbais, fazer vistorias, demonstrar produtos e provas de conceitos, confessar, dar lances em pregão, se for o caso, assinar atas e/ou contratos, enfim, praticar todos os atos em direito admitidos no âmbito dos diversos tipos de procedimentos licitatórios, ainda que aqui não expressamente previstos, objetivando sempre a perfeita participação em todas as fases de certames públicos e execução de Contratos Administrativos, sendo vedado o substabelecimento.

Prazo: O prazo de vigência deste instrumento particular é de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

São Paulo/SP, 15 de junho de 2020.

EXTREME DIGITAL CONSULTORIA E REPRESENTACOES LTDA

MARCIO ALEXANDRE LOPES MOREIRA

EXTREME DIGITAL CONSULTORIA E REPRESENTAÇÕES LTDA.

Tel + 55 (11) 5181.4899 / (21) 3190.1990 | Av. Doutor Chucrí Zaidan, 1550, sl. 2103
Vila São Francisco | São Paulo, SP Brasil - CEP 04.711-130 | CNPJ: 14.139.773/0001-68



Assinatura do Outorgado
Assinatura do Outorgante
Cartório 19º Ofício de Notas

JUCESP

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE DÉCIMA QUINTA
ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO
SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
DENOMINADA EXTREME DIGITAL CONSULTORIA E
REPRESENTAÇÕES LTDA.**

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as Partes abaixo:

MARCIO ALEXANDRE LOPES MOREIRA, brasileiro, casado com separação total de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 88.074.562, expedida pelo IFP-RJ, inscrito no CPF sob o nº 034.110.027-78, com endereço comercial na Avenida Dr. Chucrí Zaidan, nº 1.550, conjuntos nº 2.102, 2.103 e 2.104, Edifício Capital Corporate Offices, Vila São Francisco, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04711-130; e

FÁBIO MACHADO DE MIRANDA, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 09376655-8, expedida por IFP-RJ, da Carteira de Identidade Profissional do CRA-RJ nº 20-84093, expedida em 09/06/2014, inscrito no CPF sob o nº 028.333.577-70, com endereço comercial na Avenida Dr. Chucrí Zaidan, nº 1.550, conjuntos nº 2.102, 2.103 e 2.104, Edifício Capital Corporate Offices, Vila São Francisco, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04711-130 ("**FÁBIO**").

Únicos sócios detentores da integralidade das quotas representativas do capital social da sociedade empresária limitada denominada **EXTREME DIGITAL CONSULTORIA E REPRESENTAÇÕES LTDA.**, com sede na Avenida Dr. Chucrí Zaidan, nº 1.550, conjuntos nº 2.102, 2.103 e 2.104, Edifício Capital Corporate Offices, Vila São Francisco, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04711-130, inscrita no CNPJ sob o nº 14.139.773/0001-68 e na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("**JUCESP**") sob o NIRE nº 3523061499-9 ("**SOCIEDADE**"), resolvem de comum acordo, alterar o seu contrato social mediante as seguintes cláusulas e condições:

I. DO AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL

1.1. Inicialmente, os sócios resolvem aumentar o capital social da **SOCIEDADE** no montante de R\$778.569,00 (setecentos e setenta e oito mil e quinhentos e sessenta e nove reais), mediante a emissão de 778.569 (setecentas e setenta e oito mil, quinhentas e sessenta e nove) novas quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada, passando o capital social, que antes era de R\$3.421.432,00 (três milhões, quatrocentos e vinte e um mil, quatrocentos e trinta e dois reais), dividido em 3.421.432 (três milhões, quatrocentas e vinte e uma mil, quatrocentas e trinta e duas) quotas sociais, para R\$4.200.001,00 (quatro milhões, duzentos mil e um reais), representado por 4.200.001 (quatro milhões, duzentas mil e uma) quotas sociais, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada, o qual será subscrito e integralizado, da seguinte forma:

1.1.1 O sócio **MARCIO** subscreve e integraliza, neste ato, 506.070 (quinhentas e seis mil e setenta) novas quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma.

correspondendo ao valor R\$506.070,00 (quinhentos e seis mil e setenta reais), mediante conferência à **SOCIEDADE** de:

- (i) 506.070 (quinhentas e seis mil e setenta) quotas sociais de sua exclusiva titularidade, todas de emissão da sociedade empresária limitada denominada **EXTREME DIGITAL SERVICES SOCIEDADE LIMITADA**, com sede na Rua Doutor Celestino, nº 122, sala 611, Centro, cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, CEP 24020-091, inscrita no CNPJ sob o nº 35.727.768/0001-46, com seu ato constitutivo arquivado perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE nº 33.2.1089027-1, para as quais foram atribuídas o respectivo valor nominal, equivalente ao montante total de R\$506.070,00 (quinhentos e seis mil e setenta reais).

1.1.2. O sócio **FÁBIO** subscreve e integraliza, neste ato, 272.499 (duzentas e setenta e duas mil, quatrocentas e noventa e nove) novas quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, correspondendo ao valor de R\$272.499,00 (duzentos e setenta e dois mil, quatrocentos e noventa e nove reais), mediante conferência à **SOCIEDADE** de:

- (i) 272.499 (duzentas e setenta e duas mil, quatrocentas e noventa e nove) quotas sociais de sua exclusiva titularidade, todas de emissão da sociedade empresária limitada denominada **EXTREME DIGITAL SERVICES SOCIEDADE LIMITADA**, com sede na Rua Doutor Celestino, nº 122, sala 611, Centro, cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, CEP 24020-091, inscrita no CNPJ sob o nº 35.727.768/0001-46, com seu ato constitutivo arquivado perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE nº 33.2.1089027-1, para as quais foram atribuídas o respectivo valor nominal, equivalente ao montante total de R\$272.499,00 (duzentos e setenta e dois mil, quatrocentos e noventa e nove reais).

1.2. A unanimidade dos sócios da **SOCIEDADE** aprovou o valor atribuído às participações societárias transferidas à **SOCIEDADE**, integralizadas ao capital social, e aprovaram a dispensa de apresentação de laudos de avaliação das referidas quotas sociais. Desta forma, os sócios se responsabilizam perante terceiros com relação ao valor atribuído as participações societárias que integram o capital social da **SOCIEDADE**, na forma do art. 1.055, §1º, do Código Civil (Lei nº 10.406/2002).

1.3. Em decorrência do aumento do capital social da **SOCIEDADE**, a Cláusula Terceira do Contrato Social passará a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA – DO CAPITAL SOCIAL

O capital social da **SOCIEDADE** é de R\$ 4.200.001,00 (quatro milhões, duzentos mil e um reais), dividido em 4.200.001 (quatro milhões, duzentas mil e uma) quotas no valor unitário de R\$1,00 (um real) cada, inteiramente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional e participações societárias, distribuídas da seguinte forma:

DUCEAP

Sócios	Quotas	Valor (R\$)	% Participação
MARCIO ALEXANDRE LOPES MOREIRA	2.730.001	2.730.001,00	65%
FÁBIO MACHADO DE MIRANDA	1.470.000	1.470.000,00	35%
TOTAL	4.200.001	4.200.001,00	100%

II. DA ALTERAÇÃO DO ENDEREÇO DA SEDE SOCIAL

2.1 Sequencialmente, resolvem os sócios alterar o endereço da **SOCIEDADE**, passando da Avenida Dr. Chucri Zaidan, nº 1.550, conjuntos nº 2.102, 2.103 e 2.104, Edifício Capital Corporate Offices, Vila São Francisco, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04711-130 para Rua José Versolato, nº 101 - 12º andar, Edifício Domo Corporate ABC, Centro, cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, CEP: 09750-730.

2.2 Em razão da deliberação acima, os sócios resolvem alterar a Cláusula Primeira do Contrato Social da **SOCIEDADE**, a qual passará a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DENOMINAÇÃO, SEDE E PRAZO DE DURAÇÃO

A **SOCIEDADE** atua sob a denominação social de **EXTREME DIGITAL CONSULTORIA E REPRESENTAÇÕES LTDA.**, com sede na Rua José Versolato, nº 101 – 12º andar, Edifício Domo Corporate ABC, Centro, cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, CEP: 09750-730, podendo abrir outras filiais, sucursais e escritórios em qualquer parte do território nacional e no exterior, sendo sua duração por tempo indeterminado, podendo usar o nome fantasia **EDS – Extreme Digital Solutions**.

PARÁGRAFO ÚNICO: A **SOCIEDADE** possui as seguintes filiais: (i) uma filial localizada na Rua do Ouvidor, nº 90, Pav. 7, 7º andar, Centro, cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP: 20040-030, inscrita perante o CNPJ sob o nº 14.139.773/0003-20 e registrada perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE nº 33901434555; (ii) uma filial localizada no SHN Quadra 01, Bloco A, Entrada A, sala 714, Edifício Le Quartier Hotel & Bureau, CEP: 70701-010, Brasília, Distrito Federal, inscrita perante o CNPJ sob o nº 14.139.773/0005-91 e registrada perante a Junta Comercial do Distrito Federal sob o NIRE nº 5390038052-1; e (iii) uma filial localizada na Avenida Dom Luis, nº 807, 20º e 21º andares, Meireles, cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, CEP 60.160-230, inscrita perante o CNPJ sob o nº 14.139.773/0004-00 e registrada perante a Junta Comercial do Estado de Ceará sob o NIRE nº 2390063718-7, as quais exercem as mesmas atividades sociais da Matriz."

III. DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE

3.1. Em razão do deliberado acima, decidem os sócios consolidar o Contrato Social da **SOCIEDADE** que passa a vigorar, em sua inteireza, com a seguinte redação:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO DE EXTREME DIGITAL CONSULTORIA E REPRESENTAÇÕES LTDA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DENOMINAÇÃO, SEDE E PRAZO DE DURAÇÃO

A **SOCIEDADE** atua sob a denominação social de **EXTREME DIGITAL CONSULTORIA E REPRESENTAÇÕES LTDA.**, com sede na Rua José Versolato, nº 101 - 12º andar, Edifício Domo Corporate ABC, Centro, cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, CEP: 09750-730, podendo abrir outras filiais, sucursais e escritórios em qualquer parte do território nacional e no exterior, sendo sua duração por tempo indeterminado, podendo usar o nome fantasia **EDS – Extreme Digital Solutions**.

PARÁGRAFO ÚNICO: A **SOCIEDADE** possui as seguintes filiais: (i) uma filial localizada na Rua do Ouvidor, nº 90, Pav. 7, 7º andar, Centro, cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP: 20040-030, inscrita perante o CNPJ sob o nº 14.139.773/0003-20 e registrada perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE nº 33901434555; (ii) uma filial localizada no SHN Quadra 01, Bloco A, Entrada A, sala 714, Edifício Le Quartier Hotel & Bureau, CEP: 70701-010, Brasília, Distrito Federal, inscrita perante o CNPJ sob o nº 14.139.773/0005-91 e registrada perante a Junta Comercial do Distrito Federal sob o NIRE nº 5390038052-1; e (iii) uma filial localizada na Avenida Dom Luis, nº 807, 20º e 21º andares, Meireles, cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, CEP 60.160-230, inscrita perante o CNPJ sob o nº 14.139.773/0004-00 e registrada perante a Junta Comercial do Estado de Ceará sob o NIRE nº 2390063718-7, as quais exercem as mesmas atividades sociais da Matriz.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO SOCIAL

O objeto da **SOCIEDADE** é: i) Consultoria em Tecnologia da Informação; ii) Agenciamento, Intermediação de negócios, comissionamento e Representação Comercial em geral; iii) Elaboração e Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda, iv) Desenvolvimento e Licenciamento de programas de computador customizáveis, v) Comércio atacadista de equipamentos de informática, e vi) Comércio atacadista de suprimentos para informática.

PARÁGRAFO ÚNICO - A **SOCIEDADE** poderá participar em outras empresas, podendo expandir seu objeto mediante alteração de Contrato Social, desde que haja interesse por parte dos sócios.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO CAPITAL SOCIAL

O capital social da **SOCIEDADE** é de R\$ 4.200.001,00 (quatro milhões, duzentos mil e um reais), dividido em 4.200.001 (quatro milhões, duzentas mil e uma) quotas sociais, no valor unitário de R\$1,00 (um real) cada, inteiramente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional e participações societárias, distribuídas da seguinte forma:

Sócios	Quotas	Valor (R\$)	% Participação
MARCIO ALEXANDRE LOPES MOREIRA	2.730.001	2.730.001,00	65%
FÁBIO MACHADO DE MIRANDA	1.470.000	1.470.000,00	35%
TOTAL	4.200.001	4.200.001,00	100%

CLÁUSULA QUARTA - DA RESPONSABILIDADE

A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, na forma do art. 1.052 do Código Civil.

CLÁUSULA QUINTA - DA ADMINISTRAÇÃO E USO

A **SOCIEDADE** será administrada pelo Administrador Sócio Sr. **MARCIO ALEXANDRE LOPES MOREIRA**, brasileiro, casado com separação total de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 88.074.562, expedida pelo IFP-RJ, inscrito no CPF sob o nº 034.110.027-78, com endereço comercial na Avenida Dr. Chucri Zaidan, nº 1.550, conjuntos nº 2.102, 2.103 e 2.104, Edifício Capital Corporate Offices, Vila São Francisco, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04711-130, designado como **Diretor Geral**, e, pelo Administrador Não-Sócio Sr. **GUSTAVO DE AGUIAR RABELO**, brasileiro, casado, analista de sistemas, portador da Cédula de Identidade RG n. 1.525.934 SSP/DF, inscrito no CPF sob o n. 804.659.431-87, residente e domiciliado no Condomínio Quintas da Alvorada, localizado na Rua Rio Amazonas, casa 119, cidade de Brasília, Distrito Federal, CEP 71680-356, designado como **Diretor Presidente**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Compete ao **Diretor Presidente** as seguintes funções:

- a) coordenação geral dos negócios da **SOCIEDADE**;
- b) elaboração e apresentação do plano anual de negócios da **SOCIEDADE**, para posterior deliberação e aprovação dos sócios ("**Business Plan**");
- c) execução do **Business Plan** aprovado;
- d) captação de novos clientes e novos contratos em favor da **SOCIEDADE**;
- e) apresentação de propostas e justificativas aos Sócios para contratação de novos colaboradores e fornecedores, e
- f) apresentação de propostas e justificativas aos Sócios para aumento e/ou alteração de salários e benefícios dos colaboradores ou o desligamento dos mesmos da **SOCIEDADE**.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Compete isoladamente ao Diretor Geral a representação, ativa ou passiva, em juízo ou fora dele, da **SOCIEDADE**, com amplos e gerais poderes de administração.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A eventual representação da **SOCIEDADE** pelo Diretor Presidente sempre dependerá da assinatura conjunta do Diretor Geral ou de procurador legalmente constituído pela **SOCIEDADE**, sendo nulo qualquer ato que viole a presente disposição.

PARÁGRAFO QUARTO – Caberá ao Diretor Geral, isoladamente, nomear procuradores com poderes gerais para o foro e com poderes para o negócio, neste caso com prazo determinado, não superior a 01 (um) ano e especificações dos atos ou operações que poderão praticar, salvo aqueles com finalidade "ad judícia", que poderão ter prazo indeterminado.

PARÁGRAFO QUINTO – A vigência do mandato dos Administradores será por prazo indeterminado.

PARÁGRAFO SEXTO – Os Administradores ficam dispensados de prestar caução.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Poderão os sócios, por escrito, por meio de Ata de Reunião de Sócios ou Acordo de Sócios, sem prejuízo das disposições do caput da presente cláusula, atribuir aos Administradores, responsabilidades específicas, relacionadas às áreas Financeira, Comercial, de Coordenação Técnica, Operacional e de Controladoria da **SOCIEDADE**.

PARÁGRAFO OITAVO – Fica expressamente vedado aos Administradores o uso da denominação social ou marca comercial da **SOCIEDADE** em negócios alheios aos seus interesses e objetivo social, principalmente em abonos, avais, fianças, encargos de fiel depositário e atos semelhantes, sendo ineficaz, perante a **SOCIEDADE**, qualquer ato que viole a presente disposição, sendo, o administrador ou sócio infrator, pessoal e ilimitadamente responsável pelas obrigações assumidas, sem prejuízo das cominações legais aplicadas à espécie.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRÓ-LABORE

Os administradores terão direito a uma retirada mensal a título de pró-labore, levada à conta de despesas gerais, cujo valor será estabelecido por reunião dos sócios, por decisão da maioria de no mínimo ¾ do capital social.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Caberá aos sócios que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) do Capital Social, a alteração de qualquer cláusula ou disposição desse Contrato, bem como quaisquer outras deliberações que requeiram a aprovação dos sócios, salvo se maior quórum for

exigido por Lei ou por eventual Acordo de Sócios.

CLÁUSULA OITAVA – DA DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador (es) quando for o caso.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **SOCIEDADE** poderá, a qualquer tempo, levantar balanços trimestrais ou mensais, para fins de apuração e distribuição de resultados, os quais serão distribuídos ou suportados pelos sócios, na proporção de sua participação no capital social, ou através de acordo firmado entre os mesmos, distintamente da participação no quadro societário.

CLÁUSULA NONA – DO FALECIMENTO DE SÓCIOS E DISSOLUÇÃO

Na hipótese de falecimento, ausência declarada, interdição, insolvência, incapacidade, liquidação, falência, separação judicial, dissolução de união estável e/ou divórcio de qualquer dos sócios, a **SOCIEDADE** continuará suas atividades com os sócios remanescentes, observando os termos e condições avençados no Acordo de Sócios da **SOCIEDADE**.

PARÁGRAFO ÚNICO – A **SOCIEDADE** será dissolvida nos casos previstos em lei ou por deliberação dos sócios que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social. O liquidante será nomeado e poderá ser destituído pelos sócios que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social da **SOCIEDADE**. Após a apuração do ativo e do passivo social e pagamento de todas as dívidas da **SOCIEDADE**, o liquidante promoverá a repartição do patrimônio que porventura restar entre os sócios, na proporção de suas respectivas participações societárias.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CONSELHO FISCAL

Fica estabelecido que a **SOCIEDADE** não terá Conselho Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DURAÇÃO

O prazo de duração da **SOCIEDADE** é indeterminado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CESSÃO DE QUOTAS

A entrada de novos sócios dependerá da aprovação de, ao menos, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social da **SOCIEDADE**, sendo que, nenhum sócio poderá ceder ou

JUL 2018
transferir qualquer de suas quotas a terceiros sem previamente oferecer aos outros sócios o direito de adquiri-las.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O sócio que pretender ceder e transferir suas quotas, total ou parcialmente, aos outros sócios ou a terceiros, deverá notificar, por escrito e com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias, os outros sócios, os quais terão direito de preferência para adquiri-las, nas mesmas condições, devendo ao sócio alienante informar o nome do interessado adquirente e todas as condições do negócio, sendo que o direito de preferência deverá ser exercido no mesmo prazo já tratado nesta Cláusula, contados do recebimento da notificação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As demais regras atinentes ao direito de preferência estão tratados no Acordo de Sócios da **SOCIEDADE**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS REUNIÕES DOS SÓCIOS E DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS

As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião por sócios que representem, mais de 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, para as quais os sócios serão convocados por telegrama, carta registrada ou envio de e-mail, com antecedência mínima de 08 (oito) dias da sua realização, sendo considerada regular a reunião a que comparecerem todos os sócios independentemente das formalidades acima previstas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Caberá aos sócios que representem 75% (setenta e cinco por cento) do Capital Social, a prática dos seguintes atos: (i) A realização de negócios estranhos ao objeto social e obrigação da **Sociedade** em quaisquer negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como fiança, aval ou garantia de favor; (ii) Aprovação de contas da Administração, bem como as Demonstrações Financeiras da **Sociedade**; (iii) Aprovação do orçamento anual da **Sociedade**; (iv) Modificação do objeto social da **Sociedade**; (v) Aprovação da distribuição de lucros de forma desproporcional a participação dos Sócios no capital social da **Sociedade**; (vi) Aprovação do aumento do capital social mediante aporte de novos recursos, diferentes dos lucros contabilizados na **Sociedade**; (vii) Operações de incorporação, cisão e transformação da **Sociedade**; (viii) Venda, oneração ou compra de qualquer dos bens do ativo imobilizado da **Sociedade**; (ix) Aquisição e/ou alienação de ativos tangíveis ou intangíveis pela **Sociedade**; (x) Pedido de autofalência ou recuperação judicial da **Sociedade**; e (xi) Dissolução, liquidação e extinção da **Sociedade**.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Fica dispensada a reunião dos sócios, quando estes decidirem por escrito sobre as matérias objeto de deliberação, nos termos do Parágrafo 3º, do Artigo 1.072, da Lei 10.406/2002, observado os quóruns previstos neste contrato e na Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXCLUSÃO DE QUOTISTAS POR JUSTA CAUSA

Quando os quotistas, com a representatividade de 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, entenderem que um ou mais quotistas estão pondo em risco a continuidade da

empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, ou em desacordo com o estabelecido neste instrumento ou com a lei, poderá excluí-lo da sociedade, inclusive nos casos:

- a) violação de cláusula contratual e/ou falta no cumprimento dos deveres sociais;
- b) comprometimento, por atos ou omissões, do andamento normal da Sociedade, ou do desenvolvimento e expansão dos negócios sociais;
- c) desarmonia em relação aos sócios representando a maioria do capital social, com efeitos negativos para a Sociedade;
- d) prática de atos que impeçam ou dificultem a condução normal dos negócios sociais;
- e) ingresso em juízo contra a Sociedade; ou
- f) ocorrência de qualquer outro motivo justo para exclusão.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A exclusão por justa causa somente poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para esse fim, quando sócio passível de exclusão deverá ser cientificado, com antecedência de 15 (quinze) dias da realização da reunião que deliberará sobre tal matéria, para que possa comparecer e, querendo, apresentar sua defesa, nos termos do Parágrafo Único do artigo 1.085, do Código Civil.

PARÁGRAFO SEGUNDO: No caso de exclusão de Sócio, os seus haveres serão calculados com base nos valores do patrimônio líquido apresentados no último balanço aprovado, de acordo com a proporção de sua participação no capital social, atualizados com base no IGP-M (Índice de Preços do Mercado) divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou na impossibilidade de sua adoção, com base em outro índice oficial adotado para atualização monetária, devendo ser pagos em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, iguais e sucessivas, corrigidas pelo mesmo índice retro citado, vencendo-se a primeira 30 (trinta) dias após o registro e arquivamento da competente alteração contratual que deliberará sua exclusão.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Na hipótese de o Passivo da Sociedade ser maior que o seu Ativo, no momento da realização da Reunião de Sócios que deliberará a exclusão, o sócio excluído não receberá o valor devido no parágrafo segundo desta cláusula, ficando automaticamente responsável em ressarcir a Sociedade dos valores classificados como prejuízo de forma proporcional à sua participação no capital social.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO DESIMPEDIMENTO

Os administradores declaram, sob as penas da Lei, que não estão impedidos de constituírem ou exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação,

peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

A **SOCIEDADE** reger-se-á, nas omissões deste contrato e da legislação específica, pela Lei das Sociedades Anônimas – Lei nº 6.404/76, bem como pelo Acordo de Sócios da **SOCIEDADE** que deverá estar arquivado na sede da **SOCIEDADE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Todo e qualquer litígio e/ou controvérsia oriundo de e/ou relativo a esta **SOCIEDADE** e aos seus Sócios, incluindo, mas não se limitando a, aqueles que envolvam a validade, eficácia, violação, interpretação, término, rescisão deste Contrato Social ("Conflito"), deverá ser notificado pelo Sócio interessado aos demais, que envidarão seus melhores esforços para dirimi-lo de modo amigável, por meio de negociações diretas, mantidas de boa-fé, em prazo não superior a 15 (quinze) dias úteis contados da data do início espontâneo das negociações por qualquer dos Sócios. As negociações poderão se dar por qualquer meio, incluindo, mas não se limitando, a cartas, conversas telefônicas, reuniões e correio eletrônico (e-mails), entre outros.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Na hipótese de impossibilidade de sua solução amigável, na forma da Cláusula acima, os Sócios expressamente concordam que o Conflito será resolvido por mediação, nos termos da Lei nº 13.140/2015, antes de qualquer delas recorrer a outros meios judiciais e/ou extrajudiciais.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Qualquer um dos Sócios poderá iniciar o procedimento de mediação mediante o envio de notificação para os demais Sócios ("Convite"), na qual deverá constar a descrição do Conflito e do escopo proposto para a sua negociação, bem como a data e o local da primeira reunião conciliatória ("1ª Reunião").

PARÁGRAFO TERCEIRO - A 1ª Reunião deverá ocorrer no prazo mínimo de 30 (trinta) dias contados do recebimento do Convite.

PARÁGRAFO QUARTO - As reuniões conciliatórias acontecerão no endereço da sede social da Sociedade, no horário definido no Convite, o qual deverá ser estabelecido dentro do horário comercial (08:00hs às 18:00hs), salvo quando os Sócios, à unanimidade, definirem outro local e horários para a realização das reuniões.

PARÁGRAFO QUINTO - Na 1ª Reunião, os Sócios deliberarão sobre o Conflito, podendo apresentar todo e qualquer documento/argumento relacionado, a fim de demonstrar aos demais Sócios a melhor decisão a ser adotada.

PARÁGRAFO SEXTO - A mediação será conduzida por 01 (um) mediador, cabendo a cada

um dos Sócios indicar 02 (dois) mediadores, os quais votarão para eleger o mediador responsável ("Mediador Responsável").

PARÁGRAFO SÉTIMO - A indicação, por cada Sócio, de 02 (dois) mediadores, deverá se dar no prazo máximo de 07 (sete) dias contados do recebimento do Convite.

PARÁGRAFO OITAVO - Os mediadores indicados deverão, obrigatoriamente, ter conhecimentos técnicos na matéria objeto de controvérsia e/ou litígio.

PARÁGRAFO NONO - Findo o prazo definido no parágrafo sexto retro, os mediadores indicados deverão, conjuntamente e no prazo máximo de 02 (dois) dias, votar pela indicação do Mediador Responsável para mediar a solução da controvérsia e/ou litígio existente, baseando-se na competência, *Know How* e confiabilidade do profissional. Em caso de empate entre 02 (dois) profissionais, ambos serão eleitos para exercer a tarefa de Mediador Responsável e deverão atuar em conjunto, de forma integrada, coordenada e profissional.

PARÁGRAFO DÉCIMO - As despesas incorridas no processo de mediação serão assumidas pela Sociedade.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Caso a 1ª Reunião seja infrutífera, os Sócios sairão desta devidamente e já notificados acerca da segunda tentativa de conciliação ("2ª Reunião"), que ocorrerá no prazo máximo de 07 (sete) dias contados da 1ª Reunião, sendo que na 2ª Reunião, os Sócios deverão apresentar novos argumentos e/ou documentos, a fim de formar o convencimento acerca da melhor decisão a ser adotada, sempre visando a boa e regular continuidade das atividades sociais.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Frisa-se que o Mediador Responsável anteriormente definido pelas Partes será o responsável para mediar a 2ª Reunião.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O acordo negociado e definido pelos Sócios será levado a termo, tendo caráter irrevogável e irretratável, obrigando integralmente os Sócios e a Sociedade, salvo se disposto expressamente de forma distinta no termo.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Os Sócios concordam que a mediação deverá ser mantida em confidencialidade e seus elementos (incluindo-se, sem limitação, as alegações das partes, provas, laudos e outras manifestações de terceiros e quaisquer outros documentos apresentados ou trocados no curso do processo de mediação) somente serão revelados ao Mediador Responsável, às Partes, aos seus advogados e a qualquer pessoa necessária ao desenvolvimento da mediação, exceto se a divulgação for exigida para cumprimento das obrigações impostas por lei ou por qualquer autoridade reguladora.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Fica garantido a qualquer dos Sócios o direito de socorrer-se ao procedimento de arbitragem, após o término do processo de mediação e desde que as partes, ultrapassadas as fases previstas nas cláusulas anteriores, não tenham obtido uma solução ao Conflito, mesmo com a intermediação do Mediador Responsável.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - A resolução do Conflito por meio de arbitragem será disciplinada pelo Regulamento de Mediação e Conciliação da Câmara de Mediação e Conciliação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, em procedimento a ser administrado pela Câmara de Mediação e Arbitragem do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP).

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - De acordo com o Artigo 2º da Lei nº 9.307/96, os árbitros deverão resolver o Conflito de acordo com os termos deste instrumento e das leis aplicáveis no Brasil. Caso as regras procedimentais da Câmara de Mediação e Arbitragem do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) e o presente instrumento sejam silentes em qualquer aspecto procedimental, estas regras serão suplementadas pelas disposições da Lei nº 9.307/96.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - Ao tribunal arbitral caberá resolver todas as controvérsias relativas ao litígio, inclusive as de cunho incidental, cautelar, coercitivo ou interlocutório, sendo vedado aos árbitros decidir por equidade. Não obstante o disposto nesta cláusula, as partes envolvidas poderão obter medidas liminares em juízo que se façam necessárias em face da urgência da medida requerida.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - O tribunal arbitral será composto por 3 (três) membros, denominados árbitros, os quais serão nomeados por cada lado ("Requerente(s)" e "Requerido(s)"), de acordo com o seguinte procedimento: as partes que decidirem instituir arbitragem ("Requerentes") deverão notificar as outras Partes ("Requeridos") contendo razões detalhadas para a instauração de arbitragem e nomeando seu árbitro conjuntamente. Os Requeridos, conjuntamente, deverão nomear o segundo árbitro no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento da referida notificação, e os dois árbitros deverão nomear o terceiro árbitro, que presidirá o Tribunal Arbitral. Se qualquer das partes envolvidas no Conflito deixar de realizar a nomeação no prazo de 10 (dez) dias, o Presidente da Câmara de Mediação e Arbitragem do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) deverá indicar o árbitro.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO - Os custos e despesas da arbitragem deverão ser suportados pelas respectivas partes ao longo do procedimento arbitral, devendo a sentença arbitral decidir a respeito do pagamento de todas as despesas razoavelmente incorridas pelas partes, como passagem, hospedagem e transporte seus e de seus respectivos advogados.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO - A arbitragem será conduzida em português, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo ser utilizados os idiomas espanhol e inglês pelas partes e suas testemunhas.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO - A sentença arbitral será definitiva e irrecorrível, obrigando as partes envolvidas no Conflito, que se comprometem a cumpri-la voluntariamente.

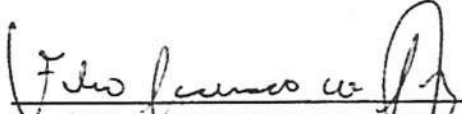
PARÁGRAFO VIGÉSIMO, TERCEIRO - Para os propósitos desta Cláusula, a execução forçada da sentença arbitral deverá ser realizada no foro da Comarca de São Paulo/SP, com a renúncia expressa das partes ora signatárias a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um mesmo fim de direito, juntamente com as duas (02) testemunhas que a tudo assistiram, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

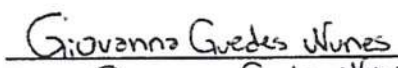
São Paulo/SP, 11 de setembro de 2020.

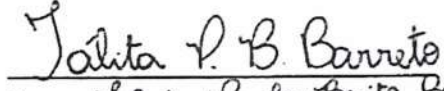
Sócios:


MARCIO ALEXANDRE LOPES MOREIRA


FÁBIO MACHADO DE MIRANDA

Testemunhas:


Nome: Giovanna Guedes Nunes
RG: 39.908.259-1
CPF.: 465.825.738-61


Nome: Talita Paula Brito Barreto
RG: 46.540.6671
CPF: 386.204.168-98



REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

PREGÃO 004/2020



EXTREME DIGITAL SOLUTIONS

São Bernardo do Campo - SP: (11) 3192-7701 | Rio de Janeiro - RJ: (21) 3190-1990 | Brasília - DF: (61) 3546-5087
Rua José Versolato, 101 Sala 123 - 12º andar – Centro, São Bernardo do Campo - SP CEP 09750-730



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 14.139.773/0001-68 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 17/08/2011
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL EXTREME DIGITAL CONSULTORIA E REPRESENTACOES LTDA
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) EDS - EXTREME DIGITAL SOLUTIONS	PORTE DEMAIS
--	------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 62.01-5-01 - Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação 46.19-2-00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado 62.02-3-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis 74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários 46.51-6-01 - Comércio atacadista de equipamentos de informática 46.51-6-02 - Comércio atacadista de suprimentos para informática
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO R JOSE VERSOLATO	NÚMERO 101	COMPLEMENTO ANDAR 12 SALA 123
---------------------------------------	----------------------	---

CEP 09.750-730	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO SAO BERNARDO DO CAMPO	UF SP
--------------------------	----------------------------------	---	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO EDSON.TESHIMA@EXTREMEDIGITAL.COM.BR	TELEFONE (21) 3190-1990
---	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 17/08/2011
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 26/04/2021 às 10:47:42 (data e hora de Brasília). ✓

Página: 1/1

**Consulta Pública ao Cadastro
ICMS****Cadastro de Contribuintes de
ICMS - Cadesp**

Código de controle da consulta: 43ea33b7-f795-45a7-9292-575dfc9ad527

Estabelecimento	
IE: 799.346.443.115	
CNPJ: 14.139.773/0001-68	
Nome Empresarial: EXTREME DIGITAL CONSULTORIA E REPRESENTACOES LTDA	
Nome Fantasia: EDS - EXTREME DIGITAL SOLUTIONS	
Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada	
Endereço	
Logradouro: RUA JOSE VERSOLATO	Complemento: ANDAR 12 SALA 123
Nº: 101	Bairro: CENTRO
CEP: 09.750-730	UF: SP
Município: SAO BERNARDO DO CAMPO	
Informações Complementares	
Situação Cadastral: Ativo	Data da Situação Cadastral: 01/09/2017
Ocorrência Fiscal: Ativa	Posto Fiscal: PF - SAO BERNARDO DO CAMPO
Regime de Apuração: NORMAL - REGIME PERIÓDICO DE APURAÇÃO	
Atividade Econômica: Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda	
Informações NF-e	
Data de Credenciamento como emissor de NF-e: 03/09/2017	
Indicador de Obrigatoriedade de NF-e: Obrigatoriedade Total	
Data de Início da Obrigatoriedade de NF-e: 01/04/2010	

[Voltar](#)

Observação: Os dados acima estão baseados em informações fornecidas pelos próprios contribuintes cadastrados. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com eles ajustadas.

Versão: 3.92.0

Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

**Consulta Pública ao Cadastro
ICMS****Cadastro de Contribuintes de
ICMS - Cadesp**

Consulta e Emissão de Código de Controle Validação/Reemissão de Código de Controle

Nº do CNPJ: 14139773/0001-68

Código de controle: 43ea33b7-f795-45a7-9292-575dfc9ad527

Digite os caracteres da imagem ao lado: 1m49



Consultar

Voltar

**Lista de Códigos de
Controle****Parâmetros da Consulta:** Nº CNPJ: 14139773/0001-68, Código de controle:
43ea33b7-f795-45a7-9292-575dfc9ad527O código de controle para o CNPJ 14.139.773/0001-68 foi emitido em 01/04/2021 às 09:32:49. Caso queira
reemitir o código, clique [aqui](#)

Versão: 3.98.0

Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Consulta de Pessoa Jurídica inscrita no Cadastro de Contribuintes

CNPJ 14.139.773/0001-68

A consulta aos dados cadastrais do CNPJ 14.139.773/0001-68 foi efetuada em 01/04/2021 09:32:49 ✓

Código de controle da consulta: 43ea33b7-f795-45a7-9292-575dfc9ad527 ✓

Handwritten signatures in blue ink, consisting of several stylized initials and names.

** INSCRIÇÃO SOMENTE PARA FINS TRIBUTARIOS **

DISCRIMINACAO	ORD	CONTEUDO DO CAMPO	NUM.
INSCR. MOBILIARIA		288.042-3	
DT.ALTER/MATR.FUNC		26/11/2020 - 60769	
DATA DE IMPLANTACAO		26/11/2020	
CONTRIBUINTE		EXTREME DIGITAL CONSUL. E REPRESENTACOES LTDA	
NOME FANTASIA		EDS - EXTREME DIGITAL SOLUTIONS	
ENDERECO		RUA JOSE VERSOLATO	101
COMPLEMENTO		12.AND./SALA 123	
BAIRRO		CENTRO	
CEP		09750 730	
EMAIL		EDSON.TESHIMA@EXTREMEDIGITAL.COM.BR	
TELEFONE		<0011> 31901990	
AREA TOTAL UTILIZADA		100,14	
CNPJ		14.139.773/0001-68	
INS. ESTADUAL		799.346.443.115	
CONTRATO SOCIAL		00.000.000.476.167/JUCESP	
REG.CONTRATO SOCIAL		10/11/2020	
NUMERO DE SOCIOS		02	
DATA DE INSCRICAO		10/11/2020	
CODIGO DE LOGRADOURO		02803	
INSCR. IMOBILIARIA		006.004.068.037	
ESTABELECIDO		SIM	
TIPO DE FIRMA		05 - SOCIEDADE EMPRESARIA / SIMPLES	
PUBLICIDADE		NAO HA	
REGIME DE ISS		02 - FATURADO	
IND. DE LANÇAMENTO		S	
SOCIO	1	MARCIO ALEXANDRE LOPES MOREIRA	
ENDERECO		AV.CHUCRI ZAIDAN	1.550
COMPLEMENTO		CJ.2102,2103,2104	
BAIRRO		V.SAO FRANCISCO	
CEP		04711 130	
CPF		034.110.027-78	
DOCUMENTO		88074562	
MUNICIPIO		SAO PAULO	
SUF		SP	
CONTRATO SOCIAL		00.000.000.476.167/JUCESP	
REG.CONTRATO SOCIAL		10/11/2020	
DT.ALTER/MATR.FUNC		26/11/2020 - 60769	
SOCIO	2	FABIO MACHADO DE MIRANDA	
ENDERECO		AV.DR.CHUCRI ZAIDAN	1.550
COMPLEMENTO		CJ.2102,2103,2104	
BAIRRO		V.SAO FRANCISCO	
CEP		04711 130	
CPF		028.333.577-70	
DOCUMENTO		09376635-8	
MUNICIPIO		SAO PAULO	
SUF		SP	
CONTRATO SOCIAL		00.000.000.476.167/JUCESP	
REG.CONTRATO SOCIAL		10/11/2020	
DT.ALTER/MATR.FUNC		26/11/2020 - 60769	
CODIGO DE ATIVIDADE	1	1.023.12-8 DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR SOB ENCOMENDA	
CÓDIGO CNAE	1	6201/5-00	
AREA UTILIZADA	1	40,14	
CODIGO DE SERVICO	1	1234 PERCENTUAL 02,00	
DATA DE INICIO	1	10/11/2020	
DT.ALTER/MATR.FUNC	1	26/11/2020 - 60769	

** INSCRICAO SOMENTE PARA FINS TRIBUTARIOS **

DISCRIMINACAO	ORD	CONTEUDO DO CAMPO
INSCR. MOBILIARIA		288.042-3 ** CONTINUACAO **
CODIGO DE ATIVIDADE	2	1.023.18-7 SERVICOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM INFORMATICA
CODIGO CNAE	2	6204/0-00
AREA UTILIZADA	2	10,00
CODIGO DE SERVICO	2	1234 PERCENTUAL 02,00
DATA DE INICIO	2	10/11/2020
DT.ALTER/MATR.FUNC	2	26/11/2020 - 60769
CODIGO DE ATIVIDADE	3	1.023.30-6 DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR CUSTOMIZAVEIS
CODIGO CNAE	3	6202/3-00
AREA UTILIZADA	3	10,00
CODIGO DE SERVICO	3	1234 PERCENTUAL 02,00
DATA DE INICIO	3	10/11/2020
DT.ALTER/MATR.FUNC	3	26/11/2020 - 60769
CODIGO DE ATIVIDADE	4	1.049.05-4 SERVICOS DE AGENCIAMENTO, CORRETAGEM OU INTERMEDIACAO DE BENS MOVEIS
CODIGO CNAE	4	7490/1-04
AREA UTILIZADA	4	10,00
CODIGO DE SERVICO	4	1421 PERCENTUAL 02,00
DATA DE INICIO	4	10/11/2020
DT.ALTER/MATR.FUNC	4	26/11/2020 - 60769
CODIGO DE ATIVIDADE	5	1.098.19-5 REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE MERCADORIAS EM GERAL NAO ESPECIALIZADO
CODIGO CNAE	5	4619/2-00
AREA UTILIZADA	5	10,00
CODIGO DE SERVICO	5	1758 PERCENTUAL 02,00
DATA DE INICIO	5	10/11/2020
DT.ALTER/MATR.FUNC	5	26/11/2020 - 60769
CODIGO DE ATIVIDADE	6	2.011.14-0 COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA
CODIGO CNAE	6	4651/6-01
AREA UTILIZADA	6	10,00
DT.ALTER/MATR.FUNC	6	26/11/2020 - 60769
CODIGO DE ATIVIDADE	7	2.011.15-8 COMERCIO ATACADISTA DE SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA
CODIGO CNAE	7	4651/6-02
AREA UTILIZADA	7	10,00
DT.ALTER/MATR.FUNC	7	26/11/2020 - 60769
OBSERVACOES	1	INSCRICAO LIBERADA CONFORME SOLICITADO ATRAVES DO DOCUMENTO DIGITAL SB 89443/2020.APRESENTOU ALTERACAO CONTRATUAL REG NA JUCESP SOB N.476.167/20-6 EM 10/11/2020,PELO FATO DA EMPRESA VIR DE OUTRO MUNICIPIO,CPF/RG, PROCURACAO,ESTABELECIDO COM 100,14M2, SEM PUBL.COM INICIO DAS ATIVIDADE S NO MUNICIPIO EM 10/11/2020.DECLARADO EM FORMULARIO PELA PROCURADORA TALITA PAOLA BRITO BARRETO - CPF.386.204.168-98

*** ATENCAO ***

QUALQUER ALTERACAO OU ENCERRAMENTO DEVERA SER COMUNICADA EM 30 <TRINTA> DIAS, CONFORME DISPOEM OS ARTIGOS 83 E 151 DA LEI MUNICIPAL N.1802/1969.

E OBRIGATORIO A EMISSAO DE NOTAS FISCAIS, CONFORME DISPOE O DECRETO MUNICIPAL N. 17.419, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2011.

PORTAL DA SECRETARIA DE FINANÇAS WWW.SF.SAOBERNARDO.SP.GOV.BR

DADOS DO DECLARANTE

TALITA PAOLA BRITO BARRETO
DOCUMENTO: 386.204.168-98

M U N I C I P I O D E S A O B E R N A R D O D O C A M P O
SECRETARIA DE FINANÇAS - DEPARTAMENTO DA RECEITA

FOLHA 3

** INSCRIÇÃO SOMENTE PARA FINS TRIBUTÁRIOS **

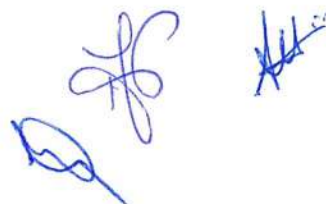
DISCRIMINAÇÃO ORD
INSCR. MOBILIÁRIA

CONTEÚDO DO CAMPO
288.042-3 ** C O N T I N U A C A O **

S.B.CAMPO, 26/11/2020

MARIA DE BRITO ALVES
60.769 - ATENDENTE

Assinaturas dispensadas, nos termos da Instrução Conjunta nº 4/2020-SF-1 e SA-1





Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 14.139.773/0001-68 DUNS®: 91*****79
Razão Social: EXTREME DIGITAL CONSULTORIA E REPRESENTACOES LTDA
Nome Fantasia: EDS - EXTREME DIGITAL SOLUTIONS
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 12/08/2021
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Demais

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta

Níveis cadastrados:

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal (Possui Pendência)

Receita Federal e PGFN	Validade:	02/08/2021
FGTS	Validade:	26/05/2021
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	20/08/2021

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	26/05/2021
Receita Municipal	Validade:	31/05/2021

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2021

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal

Emitido em: 27/04/2021 09:25

1 de 1

CPF: 028.458.927-64 Nome: DULCENEA GARCONE PAIVA

Ass: _____



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Certificado de Registro Cadastral - CRC

(Emissão conforme art. 17 da Instrução Normativa nº 03, de 26 abril de 2018)

CNPJ: 14.139.773/0001-68

Razão Social: EXTREME DIGITAL CONSULTORIA E REPRESENTACOES LTDA

Atividade Econômica Principal:

6201-5/01 - DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR SOB
ENCOMENDA

Endereço:

RUA JOSE VERSOLATO, 101 - ANDAR 12 SALA 123 - CENTRO - São Bernardo do Campo
/ São Paulo

Observações:

A veracidade das informações poderá ser verificada no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br.
Este certificado não substitui os documentos enumerados nos artigos 28 a 31 da Lei nº 8.666, de 1993.

Consulta

Consultar Restrição Contratar Administração Pública

Detalhar

CNPJ	Razão Social
14.139.773/0001-68	EXTREME DIGITAL CONSULTORIA E REPRESENTACOES LTDA
Nome Fantasia	
EDS - EXTREME DIGITAL SOLUTIONS	
Situação	Situação Cadastral
Idoneo	Credenciado

VOLTAR

REALIZAR NOVA PESQUISA

VOLTAR PARA PÁGINA INICIAL

» Cadastro » Manutenção de Cadastros » Pesquisa de Fornecedores

☒ CNPJ ☐ CPF

14.139.773/0001-68



Pesquisar

Dados do Fornecedor

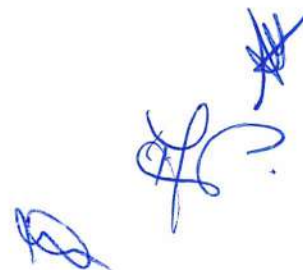
Nome: EXTREME DIGITAL CONSULTORIA E REPRESENTAÇÕES LTDA
Fantasia: MALM
CNPJ/CPF: 14.139.773/0001-68
Dt. Início Cadastro: 27/01/2015 15:10:07
Telefone: 3190-1990
Situação: Liberado
Login: edsadmin
Email: LICITACOES@EXTREMEDIGITAL.COM.BR

Não é possível alterar o e-mail do fornecedor.**A empresa já encontra-se cadastrada no SIGA e com usuários válidos.**

Nome: EXTREME DIGITAL CONSULTORIA E REPRESENTAÇÕES LTDA
CNPJ/CPF: 14.139.773/0001-68
Incluído por: 02942789743 - ELAINE SALEMA FONTES SUDO
Data: 27/01/2015 15:34:15
Situação: Credenciado
Usuário(s): F1EXTRE21795 - LUCIO BASSINI (BLOQUEADO A PEDIDO) (Bloqueado)
F2EXTRE21795 - FABIO MCHADO DE MIRANDA (Normal)



Retornar





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 29/04/2021 10:57:20 ✓

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **EXTREME DIGITAL CONSULTORIA E REPRESENTACOES LTDA**
CNPJ: **14.139.773/0001-68**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

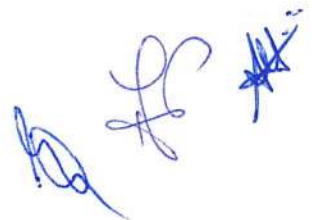
Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

Three handwritten signatures in blue ink, arranged horizontally. The first signature on the left is a stylized, cursive 'M'. The middle signature is a more complex, flowing cursive script. The third signature on the right is a bold, angular, and somewhat abstract mark.

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 14.139.773/0001-68

LIMPAR

Data da consulta: 30/04/2021 11:21:31

Data da última atualização: 29/04/2021 08:00:13

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado							





MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DO TESOURO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE TRIBUTOS MOBILIÁRIOS

Inscrição Mobiliária: 288.042-3

Contribuinte: EXTREME DIGITAL CONSUL. E REPRESENTACOES LTDA

CNPJ: 14.139.773/0001-68

O Departamento do Tesouro CERTIFICA: que a situação fiscal para a Inscrição Mobiliária supramencionada referente à **Taxa de Fiscalização de Funcionamento e/ou Publicidade e/ou Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, É REGULAR**, até a presente data.

Fica ressalvado o direito da Fazenda Pública Municipal, cobrar quaisquer dívidas provenientes de Tributos e Rendias Municipais, que venham a ser(em) constatado(s) em verificações futuras.

Certidão expedida na forma do Art. 340, da Lei Municipal Nº 1802, de 26 de dezembro de 1969 e Resolução SF nº 549, de 27 de fevereiro de 2015.

Certidão emitida às **11:34:00** **03/12/2020** <hora e data de Brasília>

Código de Autenticidade da 24UCGJV5W

Válida por 180 (cento e oitenta) dias a partir da data da sua emissão.

A aceitação desta CERTIDÃO está condicionada à verificação de autenticidade na internet, na página da Secretaria de Finanças <http://www.sf.saobernardo.sp.gov.br>

Certidão emitida gratuitamente

Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Verificação de Autenticidade

Foi emitida a Certidão Negativa de Débitos Mobiliário, com os seguintes dados:

Data de Emissão: 03/12/2020 às 11:34:00 ✓

Dados do Requerente

Nome do Requisitante:

marcio alexandre lopes moreira

Documento do Requerente:

03411002778

Email:

rayane.teodoro@extremedigital.com.br

Telefone:

21-31901990

Dados da Certidão

Tipo:

Taxa Fisc e/ou Publicidade e ISS

Inscrição Mobiliária:

288042

CNPJ:

14139773000168

Justificativa:

Licitação / Concorrência Pública ✓



Governo do Estado de São Paulo
Site do Contribuinte[Consultas](#)[Pagamentos](#)[e-CRDA](#)[Precatório](#)[Legislação](#)[Requerimentos](#)[Dúvidas](#)

Chrome 90.0.4430.93 30/04/2021 12:21 | 18-3

e-CRDA

Autenticar e-CRDA

Número da CRDA: *

29321388



Não sou um robô

reCAPTCHA
Privacidade - Termos

Pesquisar

Número	Documento	Data de Emissão	Data de Validade	Arquivo
29321388	14139773	20/04/2021 11:43	20/05/2021	crda29321388.pdf

[Ouvidoria](#)[Transparência](#)[SIC](#)
SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO



Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ / IE: 14.139.773/0001-68

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 21040164590-66

Data e hora da emissão 20/04/2021 11:35:15

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio
www.pfe.fazenda.sp.gov.br



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS NÃO INSCRITOS



Impressão da Certidão Negativa de Débitos

SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Certidão Negativa de Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ / IE : 14.139.773/0001-68

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que não constam débitos declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Imprimir

Voltar

Os documentos gerados por este sítio estão em formato PDF. Para visualizar e imprimir esses documentos é necessário o programa Acrobat Reader. Caso não tenha esse software instalado em seu computador, faça o download gratuito do programa clicando no ícone abaixo.



(<http://www.adobe.com/br/products/acrobat/readstep2.html>)

Data e hora da pesquisa 30/04/2021 11:50:16 (hora de Brasília)

Sistema disponível em dias úteis das 06:00 às 21:00 hrs

Este site é melhor visualizado com o Microsoft Internet Explorer 10 ou superior e / ou Google Chrome e Mozilla Firefox browsers.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: EXTREME DIGITAL CONSULTORIA E REPRESENTACOES LTDA
CNPJ: 14.139.773/0001-68

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:09:26 do dia 01/03/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 28/08/2021. ✍

Código de controle da certidão: **1B63.1D7B.530C.235B** ✍

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

✍ ✍ ✍

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 14.139.773/0001-68

Razão Social: EXTREME DIGITAL CONSULTORIA E REPRESENTA

Endereço: R JOSE VERSOLATO 101 AND 12 SL123 / CENTRO / SAO BERNARDO DO CAMPO / SP / 09750-730

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 27/04/2021 a 26/05/2021 ✓

Certificação Número: 2021042707462074380282

Informação obtida em 27/04/2021 07:46:26

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Situação de Regularidade do Empregador

A EMPRESA abaixo identificada está REGULAR perante o FGTS:

Inscrição: 14.139.773/0001-68

Razão social: EXTREME DIGITAL CONSULTORIA E REPRESENTA

Resultado da consulta em 30/04/2021 12:46:04

Obtenha o Certificado de Regularidade do FGTS - CRF
Consulte o Histórico do Empregador

Voltar

O uso destas informações para os fins previstos em lei deve ser precedido de verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 14.139.773/0001-68

Razão Social: EXTREME DIGITAL CONSULTORIA E REPRESENTA

Endereço: R JOSE VERSOLATO 101 AND 12 SL123 / CENTRO / SAO BERNARDO DO CAMPO / SP / 09750-730

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 27/04/2021 a 26/05/2021

Certificado Número: 2021042707462074380282

Informação obtida em 30/04/2021 12:46:35

Visualizar

Voltar

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: EXTREME DIGITAL CONSULTORIA E REPRESENTACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 14.139.773/0001-68

Certidão nº: 13070163/2021

Expedição: 20/04/2021, às 11:34:04

Validade: 16/10/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **EXTREME DIGITAL CONSULTORIA E REPRESENTACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 14.139.773/0001-68, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



01/04/2021

0007192246

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 7920408**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 30/03/2021, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

EXTREME DIGITAL CONSULTORIA E REPRESENTACOES LTDA, CNPJ: 14.139.773/0001-68, conforme indicação constante do pedido de certidão.*****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 1 de abril de 2021.

PEDIDO Nº:**0007192246**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria da Primeira Instância

Complexo Administrativo Patrícia - Rua Direita, 250 - 17º andar - CEP 01002-903 - São Paulo - SP
Fones: (11) 4635-6044 / 6273 - e-mail: spi@tjsp.jus.br



A Diretoria de Apoio Técnico da Secretaria da Primeira Instância do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - SPI 3, atendendo a solicitação de

**EXTREME DIGITAL CONSULTORIA REPRESENTAÇÕES LTDA - CNPJ
14.139.773/0001-68**

CERTIFICA para fins de Concorrência Pública que as certidões de distribuição cível na Comarca de São Paulo são expedidas unicamente pelo Serviço de Certidão Estadual Cível - SCECV, nos termos da Portaria nº 9.614/2018, de 16/05/2018, atual denominação do Serviço Técnico de Informações Cíveis da Comarca de São Paulo, em face da unificação dos Cartórios de Distribuição Cível. **CERTIFICA** que são considerados em geral para a expedição de certidões todos os feitos em andamento cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas, Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo, nos termos do Comunicado SPI nº 22/2019. **CERTIFICA FINALMENTE** que, desde 05/05/2016, as certidões de distribuição cível, solicitadas pela internet e presencialmente, passaram a ter assinatura digital, nos termos do Comunicado SPI nº 23/2016. NADA MAIS. O referido é verdade e dá fé.

Esta certidão é assinada digitalmente e sua autenticidade pode ser conferida em <https://esaj.tjsp.jus.br/atendimento/conferenciaDocOriginal.do>

Prazo de validade desta certidão: 90 dias

São Paulo, data informada na assinatura digital

Esta certidão é sem custas

DECLARAÇÕES

PREGÃO 004/2020



EXTREME DIGITAL SOLUTIONS

São Bernardo do Campo - SP: (11) 3192-7701 | Rio de Janeiro - RJ: (21) 3190-1990 | Brasília - DF: (61) 3546-5087
Rua José Versolato, 101 Sala 123 - 12º andar - Centro, São Bernardo do Campo - SP CEP 09750-730

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA PARA
ATENDIMENTO AO DECRETO ESTADUAL Nº 43.150, de 24.08.2011

São Bernardo do Campo, 27 de abril de 2021.

Ao Sr. Pregoeiro

Ref. - Pregão Eletrônico para Registro de Preços – PE_RP - PRODERJ nº 004/2020.

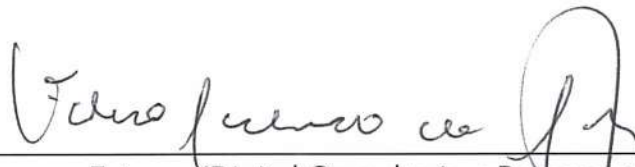
Extreme Digital Consultoria e Representações Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 14.139.773/0001-68, sediada na Rua José Versolato, 101 Sala 123 – 12º andar – Centro, São Bernardo do Campo / SP, CEP 09750-730, neste ato representada por seu sócio diretor, o Sr. Fábio Machado de Miranda, inscrito no CPF sob o nº 028.333.577-70, portador da cédula de identidade nº 093766558, expedida por Instituto Félix Pacheco - RJ, DECLARA, sob penas da Lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) A proposta anexa foi elaborada de maneira independente, e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutida com ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, quanto a participar ou não da referida licitação;

EXTREME DIGITAL SOLUTIONS

São Bernardo do Campo - SP: (11) 3192-7701 | Rio de Janeiro - RJ: (21) 3190-1990 | Brasília - DF: (61) 3546-5087
Rua José Versolato, 101 Sala 123 - 12º andar – Centro, São Bernardo do Campo - SP CEP 09750-730

- d) Que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta anexa não foi no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ao discutido com ou recebido do PRODERJ antes da abertura oficial das propostas; e
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.



Extreme Digital Consultoria e Representações Ltda
Fábio Machado de Miranda
RG: 093766558
CPF: 028.333.577-70
COO



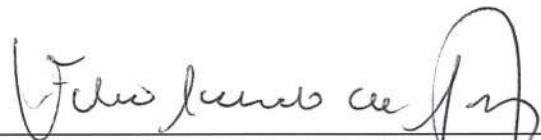
ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PENALIDADE

São Bernardo do Campo, 27 de abril de 2021.

Ao Sr. Pregoeiro

Ref. - Pregão Eletrônico para Registro de Preços – PE_RP - PRODERJ nº 004/2020.

Extreme Digital Consultoria e Representações Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 14.139.773/0001-68, sediada na Rua José Versolato, 101 Sala 123 – 12º andar – Centro, São Bernardo do Campo / SP, CEP 09750-730, neste ato representada por seu sócio diretor, o Sr. Fábio Machado de Miranda, inscrito no CPF sob o nº 028.333.577-70, portador da cédula de identidade nº 093766558, expedida por Instituto Félix Pacheco - RJ, DECLARA, sob as penas da Lei, que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (Art.87, III da Lei nº 8.666/93); impedimento de licitar e contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (Art.7, da Lei nº 10.520/02) ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (Art.87, IV da Lei nº 8.666/93) cujos efeitos ainda vigorem.



Extreme Digital Consultoria e Representações Ltda
Fábio Machado de Miranda
RG: 093766558
CPF: 028.333.577-70
COO

EXTREME DIGITAL SOLUTIONS

São Bernardo do Campo - SP: (11) 3192-7701 | Rio de Janeiro - RJ: (21) 3190-1990 | Brasília - DF: (61) 3546-5087
Rua José Versolato, 101 Sala 123 - 12º andar – Centro, São Bernardo do Campo - SP CEP 09750-730



ANEXO VII - DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO AO INCISO V, DO ART. 27 DA LEI nº
8.666/93

São Bernardo do Campo, 27 de abril de 2021.

Ao Sr. Pregoeiro

Ref. - Pregão Eletrônico para Registro de Preços – PE_RP - PRODERJ nº 004/2020.

Extreme Digital Consultoria e Representações Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 14.139.773/0001-68, sediada na Rua José Versolato, 101 Sala 123 – 12º andar – Centro, São Bernardo do Campo / SP, CEP 09750-730, neste ato representada por seu sócio diretor, o Sr. Fábio Machado de Miranda, inscrito no CPF sob o nº 028.333.577-70, portador da cédula de identidade nº 093766558, expedida por Instituto Félix Pacheco - RJ, DECLARA, sob penas da Lei, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, em conformidade com o previsto no inciso XXXIII, do Art. 7º, da Constituição Federal, que não possui em seu quadro de pessoal, empregado (s) menor (es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.



Extreme Digital Consultoria e Representações Ltda
Fábio Machado de Miranda
RG: 093766558
CPF: 028.333.577-70
COO

EXTREME DIGITAL SOLUTIONS

São Bernardo do Campo - SP: (11) 3192-7701 | Rio de Janeiro - RJ: (21) 3190-1990 | Brasília - DF: (61) 3546-5087
Rua José Versolato, 101 Sala 123 - 12º andar – Centro, São Bernardo do Campo - SP CEP 09750-730



ANEXO X – TERMO DE RESPONSABILIDADE E SIGILO

Ao Sr. Pregoeiro

Ref. - Pregão Eletrônico para Registro de Preços – PE_RP - PRODERJ n° 004/2020

O CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, órgão dotado de personalidade jurídica de direito público interno, instituído sob a forma de Autarquia estadual pelo Decreto lei n°. 4.188, de 16/06/1981 e confirmado pela Lei n°.4.480, de 28/12/2004, vinculado à Secretaria de Estado da Casa Civil, inscrito no CNPJ sob o n°. 30.121.578/0001-67, neste ato representado por seu Presidente José Mauro de Farias Junior, com sede nesta Cidade, na Rua da Conceição n°. 69 / 24° e 25° andares – Centro, doravante designado PRODERJ, e de outro lado Extreme Digital Consultoria e Representações Ltda, inscrita no CNPJ sob o n°.14.139.773/0001-68, com sede na cidade de São Bernardo do Campo, na Rua José Versolato, 101 – 12 andar- Edifício Domo Corporate ABC – Centro – São Bernardo do Campo – São Paulo neste ato representada por seu sócio diretor Fábio Machado de Miranda doravante chamado RESPONSÁVEL, têm entre si justa e acertada a celebração do presente TERMO DE RESPONSABILIDADE, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – As informações obtidas no PRODERJ, especialmente em seu sistema informatizado, apenas poderão ser utilizadas para fins declarados no instrumento contratual e ou estabelecidas nas políticas e regulamentos de segurança da informação publicada no diário oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo Primeiro: O RESPONSÁVEL se compromete a não divulgar, sem autorização, segredos e informações confidenciais obtidas em razão do vínculo jurídico com o PRODERJ, que podem e devem ser conceituadas como restritas.

Parágrafo Segundo: O RESPONSÁVEL se compromete a fiscalizar a utilização das informações pelos seus agentes, responsabilizando-se pelo uso e destinação das mesmas.

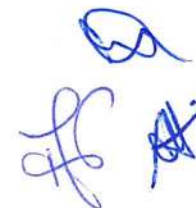
CLÁUSULA SEGUNDA: São consideradas informações confidenciais, sendo, portanto classificadas como restritas, aquelas privativas da prestação de serviços do PRODERJ, cujo conhecimento e divulgação possam ser prejudiciais aos interesses do Governo ou ponham em risco a segurança da sociedade e do Estado, em obediência aos preceitos da legislação vigente que trata desse tema, tais como: o conjunto no art. 31, inciso II, o parágrafo segundo, todos do Decreto Estadual n°. 31.896, 20 de setembro de 2002.

Parágrafo Primeiro - Em caso de dúvida acerca de confidencialidade de determinada informação, o RESPONSÁVEL deverá tratá-lo sob sigilo até que venha a ser autorizado a agir de modo diverso, após consulta fundamentada e protocolada no PRODERJ, a ser decidida pelo setor ou órgão competente para a classificação de tal documento.

Parágrafo Segundo – É proibida a cópia e ou divulgação, não autorizada pelo PRODERJ, de eventuais programas de computador, suas listagens, documentações, códigos-fonte, códigos-objeto, quaisquer informações relacionadas a programas existentes ou em fase de desenvolvimento no âmbito da organização, inclusive fluxogramas, estatísticas, especificações, avaliações, resultado de teste, arquivo de dados, versões 'beta' de quaisquer programas, metodologia e ferramentas de desenvolvimento e serviços desenvolvidos e/ou quaisquer

EXTREME DIGITAL SOLUTIONS

São Paulo - SP: (11) 3192-7701 | Rio de Janeiro - RJ: (21) 3190-1990 | Brasília - DF: (61) 3546-5087





informações patenteadas ou não, de natureza técnica, operacional, comercial ou jurídica, podendo constituir 'know-how' e, conseqüentemente, gerar perdas e danos a desfavor da Autarquia de ilícito civil.

CLÁUSULA TERCEIRA - Todas as contas de acesso a quaisquer sistemas tais como: e-mail, sistemas corporativos e outros, que são custodiados ou de propriedade do PRODERJ, estão sujeitos à monitoração de atividades. Estas informações somente serão disponibilizadas à autoridade competente, após análise e autorização do PRODERJ.

CLÁUSULA QUARTA – O RESPONSÁVEL reconhece que, ao término do vínculo com a Autarquia, deverá entregar ao PRODERJ todo e qualquer material de propriedade deste, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa relacionada com a Autarquia, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido usados, criados ou estados sob seu controle. O RESPONSÁVEL também assume o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa ou confidencia adquirida quando de sua relação com o PRODERJ.

CLÁUSULA QUINTA – O RESPONSÁVEL obriga-se a informar imediatamente o PRODERJ acerca de qualquer violação das regras de proteção das informações por parte dele ou de quaisquer outras pessoas, inclusive em casos de violação não intencional.

CLÁUSULA SEXTA – O RESPONSÁVEL obriga-se a cumprir as normas e os regulamentos instituídos pelo PRODERJ e as demais disposições previstas neste Termo, cabendo ainda a estes a aplicação de sanções administrativas e técnicas necessárias, para manter a integridade, disponibilidade e a privacidade do ambiente de tecnologia da informação e comunicação do Estado do Rio de Janeiro (Rede Governo), sob pena de ser responsabilizado na forma de legislação vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA – O não cumprimento de quaisquer das cláusulas deste termo poderá implicar na responsabilidade civil e criminal dos que estiverem envolvidos e, no caso destes serem agentes públicos, ensejará processo de apuração das responsabilidades administrativas.

CLÁUSULA OITAVA – As obrigações a que alude o presente instrumento perdurarão inclusive após a cessação de vínculo entre o RESPONSÁVEL e o PRODERJ e abrangem, além das informações que o RESPONSÁVEL venha a tomar conhecimento, aquelas que já possui na presente data.

São Paulo, 29 de Abril de 2021


Extreme Digital Consultoria e Representações Ltda
Fábio Machado de Miranda
RG: 093766558
CPF: 028.333.577-70
COO



EXTREME DIGITAL SOLUTIONS

São Paulo - SP: (11) 3192-7701 | Rio de Janeiro - RJ: (21) 3190-1990 | Brasília - DF: (61) 3546-5087